



A CRIANÇA COMO PROTAGONISTA NO SEGMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O DIREITO ÀS INFÂNCIAS.

Natália Moreira Altoé¹

Altoe.natalia@gmail.com

Eliane Santos Vieira²

negasantosvieira2@gmail.com

RESUMO

Esse artigo é escrito com base no curso de Direitos Humanos, ofertado pelo grupo de pesquisa Pedagogia Social para o Século XXI, da Universidade Federal Fluminense, buscando considerar a importância do respeito e da escuta ativa para os pequenos, pois eles são dotados de percepções e infelizmente são inúmeras vezes invalidados. Ressaltaremos a importância de se considerar o respeito aos direitos nesta fase da vida para que possa ser vivida da melhor maneira possível.

Descritores: Pedagogia Social, Educação, Infâncias.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca abordar a necessidade de se corroborar positivamente para reposicionar o papel da infância na centralidade das políticas públicas e das ações conjuntas entre o governo e a sociedade civil, pois a criança que se desenvolve cercada de afeto e cuidados, sem dúvida, se torna um adulto mais seguro, propositivo e estimulado a ousar e ir além. Neste sentido, a nossa apresentação buscou abordar o fato de que cada criança é

¹ Natália Moreira Altoé - Graduada em Serviço Social e Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense, Pós-Graduada em Pedagogia Social para o Século XXI pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense.

² Eliane Santos Vieira - Graduação em Pedagogia UFF; Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica AVM; Palestrante; Conferencista, Pós-Graduada em Neuropsicopedagogia, Pós-Graduada em Gestão e Competitividade; Pós-Graduada em Ludicidade.



única e apresenta características de seu tempo. Que as infâncias (no plural mesmo) são diversas, singulares, variadas, diferentes. Que nossos saberes científicos sobre a infância, de nada adiantam se não temos a humildade de nos pormos à prova, de aceitar o novo e se achamos que já sabemos de tudo. Falamos que quando tratamos das infâncias, precisamos repensar as suas concepções, tendo em vista que cada infância é única e diversa, o que buscamos mostrar em nossa primeira dinâmica. Falamos sobre a importância que para isso é preciso humildade e coragem para assumir o risco de uma educação das infâncias voltada para a autonomia, cidadania, liberdade e transformação social, pois segundo Maria Montessori: “A verdadeira educação é aquela que vai ao encontro da criança para realizar a sua libertação”, o que foi exemplificado através de nossas práticas.

INFÂNCIAS COMO DIREITO: AS EXPERIÊNCIAS IMPULSIONADORAS

Nossa fala no curso se inicia com uma dinâmica que visa responder as seguintes perguntas: Que lembranças trazemos de nossas infâncias? Vivemos esta fase de forma igual? Como pensamos que gostaríamos de tê-la vivido? Que brinquedos escolhemos? Por qual motivo? Que infância vivenciamos? Todos tiveram o mesmo direito a vivenciá-la? Mais do que termos respostas prontas, buscamos refletir sobre nossas infâncias, pois como nos apontam Bazílio e Kramer: “(...) a prática pedagógica e o projeto político pedagógico envolvem, necessariamente, conhecimentos e afetos; saberes e valores, cuidados e atenção, seriedade e riso.” (BAZÍLIO e KRAMER, p.64,2003)

Na palestra sobre Infâncias e Direitos Humanos, além de contribuímos com o nosso fazer pedagógico sobre o tema, tivemos a grandeza de receber dos participantes presentes, falas e saberes que fomentaram com maestria a construção desse artigo. Às Infâncias no contexto dos Direitos Humanos, nos faz pensar bastante nas Leis que devam atender nossas crianças; além da proteção, demanda direitos e deveres que a sociedade como um todo, deva colocar no dia a dia em prática. O ECA, diz no capítulo II, Art. 100. “Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo- se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. “Este é apenas um ponto a ser apresentado sobre a importância de se ter a lei como forma de garantir direitos e deveres. A seguridade que permeia nesse contexto, perpassa pela formação pedagógica, familiar e



comunitária. A necessidade de se garantir a essas crianças a eficácia da lei, se configurará mediante ações intencionais dos atores as quais ela está inseridas e relacionadas.

A CRIANÇA E A SUA VISÃO w MUNDO E A RELAÇÃO COM A PEDAGOGIA SOCIAL

O que buscamos provocar ao longo de nossas falas é o fato de que toda vida importa, a vida de uma criança mais ainda, pois como nos aponta Piaget: “A infância é o tempo de maior criatividade na vida de um ser humano.”. Por questões como estas que devemos lutar para que a postura de um adulto não venha interferir no processo de transformação social e acolher a cultura a qual as crianças em suas diferentes processos do saber, seja acolhida.

Há um menino, há um moleque Morando sempre no meu coração

Toda vez que o adulto balança ele vem pra me dar a mão (Música- Bola de Meia)

Para falar sobre esses direitos das crianças na prática, trouxemos nossas experiências no campo das infâncias. Trouxemos o direito a um ambiente escolar acolhedor, tendo as crianças como centro das propostas, trabalhando com o estabelecimento de vínculo e afeto com elas, pois como nos diz Freire, importante na escola é também “criar laços, se amarrar nela”. Quando falamos no direito as infâncias, falamos em olhar o outro em sua singularidade; em deixar-se afetar e em acolher o outro. Ponto elencado foi o desafio de entender a interação e relação entre adultos e crianças em diferentes culturas, etnias, gênero, classe social e espaços institucionais.

Dessa maneira, ao longo de nosso encontro, lembramos das crianças e adolescentes atravessadas pelas expressões da desigualdade social dessa sociabilidade, assim ressaltamos a necessidade de **ACOLHER**, **CUIDAR** e **DEFENDER** com suas particularidades e singularidades cada criança.



Por conseguinte, precisamos utilizar como instrumento a escuta sensível, qualificada e o afeto, pois a dimensão socioeducativa tem a possibilidade e potência de transformar a realidade a nossa volta.

O nosso objetivo foi construir pertencimento e fortalecimento dos laços de solidariedade num cenário que reina o individualismo, o preconceito e conformismo.

Infâncias

“O que são infâncias?

Momentos de encantos e sonhos Momentos de birras e desencantos

Onde o ser inspirador são as crianças que perpetuam na história

Que criam suas próprias memórias...” – Por Eliane Santos Vieira

Para falar dos direitos as infâncias, precisamos reconhecer a criança como sujeito histórico, social, de cultura, memória e considerar suas experiências, e foi neste sentido que nossa conversa aconteceu. Afirmamos que cada criança traz consigo marcas do seu ambiente e de sua classe social, elas tem muito a nos dizer, que pode indicar o rumo do seu aprendizado e, principalmente, que cada criança é única e apresenta características de seu tempo. Falamos de nossa opção e escolha de utilizar, pelos motivos apresentados anteriormente, infâncias (no plural mesmo), já que consideramos que elas são diversas, singulares, variadas, diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim buscamos reflexões sobre o fator humanitário, pois pensar as crianças e suas diferentes infâncias em diferentes espaços é um tanto complexo. Faz-se necessário pensar o brincar como elo simbólico de formação humana e social, quando comentou-se sobre os



filmes em reflexão, a intensão foi a de focar nas crianças e na simplicidade dialógica que elas buscam para se fazerem entender umas às outras.

Quando Milton Nascimento nos canta “Bola de meia, bola de gude”, a referência da infância vem do brincar. O homem em sua essência deveria procurar em seu íntimo, os momentos da infância, onde a criança (sua criança) esteve presente em algum momento, trazendo-lhe a alegria compartilhada em vida.

O professor tem a função em propiciar que crianças tenhamos direito ao brincar e construindo através do brincar sua formação, limites, socialização, trocas de saberes, respeito, empatia entre outros atributos.

O professor de forma intencional têm o compromisso e respeito para com essas crianças. Intencional suas ações, permitindo os direitos que esses seres humanos e sociais, que não devem ser vistos como miniaturas de homens e sim como cidadãos que merecem respeito e precisam crescer e desenvolver-se em uma sociedade que os possibilitam galgarem horizontes de acordo com seus direitos e deveres, de acordo com as leis.

O OLHAR

Vejo no reflexo do seu olhar O pedido de socorro

Muitas vezes escondido Num sorriso mudo.

Chega a me tocar

Esperando que reflita

O meu ao teu olhar Juntos em silêncio

Nós percebemos compreender.

E eu com insistência Aprendo num instante

Como é importante aprender. (Eliane santos vieira. 09/06/2024)



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. M. Pedagogia Social: diálogos com crianças trabalhadoras. Volume VIII, 1ª ed. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2015.

BAZÍLIO, L.C.; KRAMER, S. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOUYNE, John. O menino de pijama listrado (The boy in the striped pyjamas).

São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 198 p. Tradução de: Augusto Pacheco Calil.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996. 2. Ed. p. 37 -53 e 91-106.